

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62.152 - SP (2019/0318896-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : SANDRA APARECIDA ANDRIOLI
ADVOGADO : LUCIANO CARNEVALI E OUTRO(S) - SP106226
RECORRIDO : CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
ADVOGADO : RICARDO DE OLIVEIRA REGINA E OUTRO(S) - SP134588

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário interposto por SANDRA APARECIDA ANDRIOLI, com fundamento no artigo 105, inciso II, alínea *b*, da Constituição Federal, em face de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O aresto atacado encontra-se assim ementado (fl. 156, e-STJ):

MANDADO DE SEGURANÇA – Inadmissibilidade – Impetração em face de r. decisão interlocutória – Ação indenizatória – Determinado o cancelamento de registro averbado em certidão imobiliária – Decisão que comporta recurso diverso, previsto em legislação processual – Aplicação do art. 5º, inciso II, da Lei nº 12.016/09 – Não cabimento de mandado de segurança – Precedente do Superior Tribunal de Justiça – Carência declarada – SEGURANÇA DENEGADA.

Opostos embargos de declaração, estes foram acolhidos pelo acórdão de fls. 168-171, e-STJ, tão somente para concessão dos benefícios da gratuidade judiciária para o processamento do presente mandado de segurança.

Nas razões recursais (fls. 174-184, e-STJ), a recorrente defende violação à eficácia preclusiva da coisa julgada, além de sustentar que o ato coator não poderia produzir efeitos em relação a terceiros, não integrantes do processo.

Apresentadas contrarrazões (fls. 183-193, e-STJ).

Admitido o recurso na origem (fls. 216-217, e-STJ), ascenderam os autos a esta Corte.

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 225-227, e-STJ, opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, consoante iterativa jurisprudência desta Corte Superior, é impossível o manuseio do mandado de segurança quando o ato impugnado for passível de recurso próprio, conforme dispõe o artigo 5º, II, da Lei 12.016/2009.

Na origem, a recorrida Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda. ajuizou ação indenizatória contra Cristiano Andrioli, na qual foi decretada a indisponibilidade do patrimônio do réu.

Com efeito, paralelamente, Cristiano Andrioli e Sandra Aparecida Andrioli realizaram acordo de partilha nos autos de ação de divórcio, deferindo-se a propriedade do imóvel ora reclamado à recorrente com a respectiva transcrição no registro de imóveis.

O Tribunal estadual denegou a segurança ao fundamento de que a decisão interlocutória possui recurso próprio para fins de questionamento.

Dessa forma, constata-se a inadequação da via mandamental, porquanto o que se observa, na verdade, é a impetração deste remédio constitucional como sucedâneo recursal de recurso próprio.

Nesse contexto, é de se concluir que a irresignação acerca de *decisum* proferido pelo juízo *a quo*, não autoriza, por si só, a impetração de mandado de segurança, visto que descabida a utilização do *mandamus* como sucedâneo recursal, a teor do que dispõe a Súmula 267 do STF, *in verbis*: "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição".

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO JUDICIAL PASSÍVEL DE IMPUGNAÇÃO DIFERIDA. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO. RESP Nº 1704520/MT E ART. 1.009, § 1º, DO CPC/15. SÚMULA 267, DO STF. INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO TERATOLÓGICA.

1. "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição", nos termos da Súmula nº 267, do STF.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, sendo passível de recurso/correição, por ocasião da apelação ou contrarrazões, conforme disposição contida no artigo 1.009, § 1º, do CPC/15, e não havendo teratologia, não pode ser a decisão impugnada via mandado de segurança, sob pena de ineficácia do comando legal e, consequentemente, inversão da finalidade do novo Código Processual Civil.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no RMS 59.470/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 10/05/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FALÊNCIA. DECRETAÇÃO. DECISÃO. TERATOLOGIA. INEXISTÊNCIA. RECURSO PRÓPRIO CONTRA O ATO IMPUGNADO (ART. 100 DA LEI N. 11.101/2005). CABIMENTO. IMPROPRIEDADE DO USO DO WRIT COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. SÚMULA 267/STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição, nem contra decisão judicial transitada em julgado (Súmula 267/STF, positivada na regra do art. 5º, II e III, da Lei n. 12.016/2009).

2. No caso, após mais de cem dias da decretação da quebra da empresa agravante, sem que essa decisão judicial tivesse sido impugnada pelo recurso voluntário apropriado, é que foi impetrado o presente writ, alegando-se flagrante ilegalidade, sob os mesmos argumentos já rechaçados pelo Juízo da falência.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RMS 47.548/BA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 08/04/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO JUDICIAL. EXCEÇÃO. SÚMULA N. 267/STF. FLAGRANTE TERATOLOGIA. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO MANTIDA.

1. A impetração de mandado de segurança contra decisão judicial é restrita aos casos de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou manifesta teratologia. Incidência da Súmula n. 267 do STF. Jurisprudência consolidada do STJ.

2. No caso concreto, a condenação imposta à recorrente, como resultado de julgamento proferido no âmbito de ação judicial em que observado o contraditório e o devido processo legal - não se apontando qualquer vício de procedimento -, não evidencia provimento flagrantemente teratológico, tampouco ilegalidade ou abuso de poder.

3. A pretendida correção do suposto *error in judicando* deve ser buscada por meio das vias recursais comportadas, podendo a interessada requerer, na forma prevista pelo art. 1.029, § 5º, do CPC/2015, a atribuição de efeito suspensivo a recurso excepcional eventualmente interposto.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no RMS 58.713/BA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 17/12/2018)

Ademais, a jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que o mandado de segurança não se presta para amparar a revisão de ato de natureza jurisdicional, salvo situação de **absoluta excepcionalidade**, em que ficar cabalmente evidenciado o caráter teratológico da medida impugnada.

Nesse sentido, colacionam-se os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 267 DO STF. [...] 2. **O mandado de segurança substitutivo contra ato judicial vem sendo admitido com o fim de emprestar efeito suspensivo quando o recurso cabível não o comporta, mas tão somente nos casos em que a decisão atacada seja manifestamente ilegal ou eivada de teratologia**. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no RMS 28.920/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 19/02/2016) [grifou-se]

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JURISDICIONAL. CITAÇÃO POR EDITAL. ABUSIVIDADE E TERATOLOGIA NÃO EVIDENCIADAS. SÚMULA N. 267/STF. DECISÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO. SÚMULA N. 268/STF. 1. **Incabível o mandado de segurança quando não evidenciado o caráter abusivo ou teratológico do ato judicial impugnado**. 2. Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado. [...] 4. Recurso ordinário desprovido.

(RMS 49.027/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 03/12/2015) [grifou-se]

No caso em exame, não se vislumbra o caráter abusivo ou teratológico do comando judicial impugnado, tampouco a prova pré-constituída do direito líquido e certo necessário à concessão do *mandamus*.

Não há, portanto, decisão teratológica, tampouco abusiva, no ato judicial impugnado, que pudesse ensejar a concessão do *mandamus*.

Com efeito, verifica-se que o decreto de indisponibilidade dos bens determinado na demanda indenizatória, foi editado antes da ação de divórcio e do acordo de partilha, veja-se:

O relator decidindo monocraticamente, quando indeferiu a liminar:

A considerar que a ação indenizatória já se encontrava em curso quando da propositura da ação de divórcio e do acordo formalizado pelas partes em audiência fls. 54/56, bem como que, nessa época, já havia sido proferida decisão judicial determinando a indisponibilidade do patrimônio do ex-esposo da impetrante fato que já era de conhecimento da ora postulante – fls. 32/34, nessa fase, por ausentes a plausibilidade do direito invocado (*fumus boni juris*) e o receio fundado de dano iminente e de difícil reparação, ou seja, de um dano potencial, (*periculum in mora*), indefiro a liminar pleiteada. (fl. 83, e-STJ)

No julgamento do colegiado:

Em 23 de novembro de 2011, Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda. ajuizou ação indenizatória contra Cristiano Andrioli fls. 13/30 (processo nº 0005675-21.2011.8.26.0272 2ª Vara Cível da Comarca de Itapira).

Pleiteia o ressarcimento dos prejuízos decorrentes das supostas fraudes praticadas pelo réu, em valor superior a R\$ 1.260.000,00 (um milhão e duzentos e sessenta mil reais).

No decorrer da demanda, a digna Magistrada determinou o cancelamento do registro nº 11, da matrícula nº 332 (fls. 57/60), que averbou que a totalidade do imóvel passou a pertencer exclusivamente à Sandra Aparecida Andrioli – r. decisão de fls. 74.

[...]

Mesmo que assim não fosse, o divórcio de Sandra Aparecida Andrioli e Cristiano Andreoli ocorreu em 15 de outubro de 2013 (fls. 35/55).

Ainda: há indicação de que diversas transferências bancárias foram realizadas em favor de Sandra (ex-mulher) e Maria José (sogra) - fls. 64/73. (fls. 157-160, e-STJ)

Nesse contexto, é de se concluir que a irresignação da recorrente quanto à conclusão adotada pelo Tribunal local, não autoriza, por si só, a impetração de mandado de segurança, notadamente porque, ao contrário dos argumentos expendidos, não demonstrou a existência de decisão teratológica ou abusiva, a justificar a excepcional concessão do *writ*.

3. Diante do exposto, nega-se provimento ao recurso ordinário.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator